

DOI: <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v15n1.1131>

Entre o Império e a Multidão: a perspectiva ontológica no pensamento de Antonio Negri Between the Empire and the multitude: the ontological perspective in Antonio Negri's thought

Cássia Zimmermann Fiedler(1); Augusto Jobim do Amaral(2)

1 Doutoranda em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com bolsa de estudo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: cassiazfiedler@gmail.com

2 Doutor em Altos Estudos Contemporâneos (Ciência Política, História das Ideias e Estudos Internacionais Comparativos) pela Universidade de Coimbra (Portugal); Doutor em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) Professor nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Criminais e em Filosofia – PUCRS.

E-mail: guto_jobim@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0874-0583>

Resumo

O presente trabalho teve por objetivo apresentar o panorama da ontologia proposta na obra de Antonio Negri. Para tanto, foram investigados três dos principais conceitos trabalhados pelo filósofo italiano nos últimos vinte anos, tanto como seus entretens, sendo eles o “Império”, a “multidão” e o “comum” – sublinhados como condutores do percurso desse texto. Após realizar uma análise do horizonte financeiro do biopoder imperial, o qual transparece como o emaranhamento produtivo de alternativos mecanismos de controle em uma consonância de comando global, objetivou-se explicitar a força biopolítica que faz frente ao “Império”: a “multidão”, sendo ela estruturada pelo modo de produção “comum” e suas respectivas potências e produções.

Palavra-chave: Império; Multidão; Comum; Ontologia; Antonio Negri.

Datas:

Recebido: 15/08/2023

Aprovado: 12/04/2024

Publicado: 03/12/2024

Abstract

The present work aimed to present an overview of the ontology proposed in the work of Antonio Negri. In order to do so, three of the main concepts worked by the Italian philosopher in the last twenty years were investigated, as well as their intertones, being the “Empire”, the “multitude” and the “common” - underlined as conductors of the course of this text. After carrying out an analysis of the financial horizon of imperial biopower, which appears as the productive entanglement of alternative control mechanisms in a consonance of global command, the objective was to explain the biopolitical force that faces the “Empire”: the “multitude”, being structured by the “common” mode of production and their respective powers and productions.

Keywords: Empire; Multitude; Common; Ontology; Antonio Negri.

Introdução

O caminho do presente texto, o qual pleiteia a exposição da ontologia materialista disposta no pensamento político de Antonio Negri, pressupõe a necessidade de apresentação de três conceitos, sendo eles o “Império”, a “multidão” e o “comum” – todos entrelaçados para fornecer a sedimentação central do percurso filosófico do autor italiano. Perpassando um cenário demarcado pela relação estabelecida entre forças antagônicas, por um lado, aquelas que buscam a estabilização e, por outro, aquelas que permanecem em êxodo com relação às forças de domínio, será descrita a primazia dos movimentos produtivos os quais acabam por serem os componentes últimos de caracterização do mundo.

Dizendo-se de outro modo, a ênfase da filosofia de Negri está nas produções contínuas das singularidades em comum sublinhadas como detentoras da capacidade de criação de realidades alternativas, as quais, engajadas em um embate com as dinâmicas capitalistas, corroboram uma multiplicidade de origem que depõem as cristalizações do controle. Tal proposição, em última instância, é representativa da luta entre o biopoder imperial e a biopolítica multitudinária: aquele, conexo ao modo de governança transnacional, a financeirização e a subsunção real da sociedade; esta, antes de tudo, como potencialidade de criação expansiva por meio de sua produção excedente e indeterminada, capaz de instigar a transformação do cenário contemporâneo até algo que está para além de qualquer “Império”.

Os pressupostos da caracterização imperial

A produção teórica de Antonio Negri, realizada nos últimos vinte anos, apresenta como uma de suas premissas a passagem entre um estágio de hegemonia das práticas imperialistas e a ascensão brusca de um poder imperial. Negri, conjuntamente com Hardt, adverte para as diferentes configurações relacionais estabelecidas entre os Estados e o capital, sendo elas passíveis de visualização através de determinadas abordagens do desenvolvimento capitalista. Sobre o amadurecimento desta vinculação, os autores expressam uma via interpretativa relacionada à profusão de corporações transnacionais em detrimento dos poderes emanados pelos Estados-nação (HARDT; NEGRI, 2001, p. 327-328).

Essa descrição acerca dos poderes dos Estados-nação, no entanto, não deve ser confundida com a conjuntura final de um cenário de embate, em que o êxito das empresas capitalistas é representativo da derrocada definitiva dos já debilitados Estados. Aquilo que acaba por transparecer é o reconhecimento de que as funções estatais e elementos constitucionais específicos passam a desenvolver suas tarefas em níveis alternativos, através de diferentes formas de exercício: as incumbências são deslocadas e integradas na ampla jogatina dos organismos nacionais e supranacionais, os quais delineiam mecanismos inéditos de comando que compõe e balizam a exibição de uma novíssima governança global (HARDT; NEGRI, 2001, p. 329).

Observa-se o engendramento entre dissemelhantes aparelhos e suas distintas atividades, bem como a emersão de operações irrestritas que se desenrolam pela extensão do mundo, abrindo assim o escopo necessário para a designação do “Império” enquanto um “não-lugar” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 230). Em outras palavras, não se torna mais factível circunscrever um espaço delimitado como o nervo da exploração, já que a conduta imperial é compreendida enquanto descentralizada, contrapondo a concepção de um centro de poder, na medida em que engloba o absoluto em suas malhas de influência. Ao mesmo tempo, a vigente forma hegemônica aparece como demarcada pela existência de um encadeamento íntimo entre as demandas de corporações, mercados econômicos e controles políticos e jurídicos (NEGRI, 2003, p. 11). O enunciado, portanto, é desconectado da perspectiva do afloramento de um mercado global que supostamente pleitearia um vigoroso desregramento para que seja possível que as disposições capitalistas fluam em um terreno caracterizado pela ausência de barreiras (HARDT; NEGRI, 2014, p. 220) — diferentes instituições e organizações permanecem existindo, as quais produzem e mantêm hierarquias e fronteiras de maneira alinhada.

A descrição do deslocamento associativo disposta por Negri parte de um horizonte configurado por “um tecido durável, tramado de conexões díspares e desordenadas efetivamente alinhadas na direção de um projeto unificado: esvaziar os poderes públicos e impor lógicas econômicas às funções administrativas” (HARDT; NEGRI, 2018, p. 291). A heterogeneidade dos aparatos imperiais é contraposta pela homogeneidade de suas movimentações, isto é, seus procedimentos são realizados de maneira enlaçada, o que acaba por expressar uma coerência animada pelas requisições capitalistas da articulação imperial e sua incrementação contínua, que, cada vez de maneira mais intensa, emergem enquanto relacionadas à expansão de uma regência concatenada à exigências mercadológicas (HARDT; NEGRI, 2014, p. 225).

Nesse sentido, o detalhamento do horizonte imperial jamais deverá ser confundido com a perpetuação de uma composição estática. O Império mantém-se em um constante processo de materialização (HARDT; NEGRI, 2001, p. 11), mas não se trata de uma movimentação que será enclausurada por um momento limite. O desenvolvimento constitutivo imperial, identificado pela dinâmica volátil e emaranhada entre agentes que atuam em âmbitos aparentemente desconexos, expressa um impulso reformativo. A perpetuação do controle capitalista necessita do (re)estabelecimento de inúmeras formas de regulamentação e autoridade, na medida em que projeta perseguir e,

consequentemente, controlar, a criação de alternativas, sendo sua formatação modulada por meio das tentativas de cooptação das dissemelhanças que emanam da produção social (SOUTHALL, 2010, p. 41).

A guerra e a produção de controle

A partir de Foucault, através de uma linha alternativa de explanação que não é habitualmente atribuída ao filósofo, mas que segundo Negri e Hardt é suscetível de ser verificada indiretamente em seus escritos¹, os autores descrevem o sistema global engendrado através de dois tipos de forças: aquelas que querem dominar, sendo essa a expressão do poder enquanto atividade de administração e compactação da produção de vida, e forças que não querem ser dominadas, sendo elas as que lutam e são capazes de escapar aos programas capitalistas, dessa maneira, criando formas alternativas de existência. Nesse limiar, encontra-se a definição daquilo que é percebido como o entrosamento entre o biopoder e a biopolítica, sendo o biopoder as referidas intervenções permanentes e harmoniosas do Império, as quais são convocadas com relação à esfera de criação vital:

Para assinalar essa diferença entre os dois “poderes de vida”, adotamos uma distinção terminológica – sugerida pelos escritos de Foucault, mas não usada sistematicamente por ele - entre biopoder e biopolítica, pela qual o biopoder poderia ser definido (de maneira bastante grosseira) como o poder sobre a vida, e a biopolítica, como o poder da vida de resistir e determina uma produção alternativa de subjetividade (HARDT; NEGRI, 2016, p. 74).

Partindo da referência marxiana e para além dela (NEGRI, 1991, p. 105), Negri e Hardt atentam para as atividades do biopoder e as detalham como intimamente associadas ao panorama de uma subsunção real da sociedade (HARDT; NEGRI, 2003, p. 14), uma vez que ambos são conceitos relacionados à extensão da produtividade social e as novas formas de administração e exploração gerais que sob ela recaem, as quais são consideradas mais adequadas considerando o novo desdobramento das sociedades (HARDT; NEGRI, 2001, p. 386-287). A guerra é vista como uma das expressões do biopoder, podendo, inclusive, ser apreendida como configuração elementar do biopoder imperial (NEGRI, 2003,

1 Para verificar os pressupostos utilizados por Negri e Hardt para postular a dinâmica das relações de poder que possibilitará investir ainda mais agudamente na diferenciação entre biopoder e biopolítica, nunca é demais lembrar o clássico texto foucaultiano “o sujeito e o poder”: “Quando definimos o exercício do poder como um modo de ação sobre as ações dos outros, quando caracterizamos essas ações pelo “governo” dos homens uns pelos outros – no sentido mais extenso da palavra, incluímos um elemento importante: a liberdade. O poder só é exercido sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres” – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. [...] não há, portanto, um confronto entre poder e liberdade, numa relação de exclusão (onde o poder se exerce, a liberdade desaparece); mas um jogo muito mais complexo: neste jogo, a liberdade aparecerá como condição da existência do poder [...]”. (FOUCAULT, 1995, p. 244).

p 187). Dessa maneira, faz-se necessário um deslocamento em relação à própria definição tradicional de guerra – não se trata mais de vê-la meramente como destruição (modo como a guerra é tipificada comumente), mas sim compreendê-la a partir da verificação de suas atividades pela incumbência de produzir e delimitar a vida.

É importante frisar que tal assunção não desvincula o biopoder de práticas que são consideradas de aniquilação. Contudo, as tecnologias consideradas negativas passam a prevalecer através da ameaça e são utilizadas apenas em casos muito específicos, sem o intento basilar de causar uma espécie de morte generalizada, visto que o Império necessita das diversidades para garantir sua própria preservação (HARDT; NEGRI, 2014, p. 42). Em suma, o argumento poderia ser assim resumido: aqueles que vivem sob os ditames do Império são terminantemente explorados, mas não podem ser considerados como meramente descartáveis, visto que produzem e são a substância biopolítica, através da qual o desenrolar capitalista garante sua perpetuação

Evidencia-se, neste sentido, o caráter primordial construtivo do biopoder, do qual deriva a transformação e a regulação da vida, utilizando-se da confecção de formas de controle, disciplina e ordenamento por toda extensão global. Em outras palavras, tal diagnóstico pressupõe que a guerra não é apenas uma guerra-civil (localizada dentro do espaço ilimitado imperial), mas é indicativo da transformação de paradigmas de defesa em paradigmas de segurança – uma questão de polícia, portanto (HARDT; NEGRI, 2014, p. 43). Exige-se o estímulo das atividades dispostas pela amplitude dos espaços, não sendo a guerra mais percebida enquanto uma prática pontual, mas como uma intervenção que se realiza permanentemente - “eis aqui a qualificação pós-moderna da guerra” (NEGRI, 2003, p. 187), nas palavras de Negri.

Entre a financeirização e o comum

Tendo em vista a descrição da dinâmica entre o foco do Império e a confecção geral de vida, isto é, entre as atividades do biopoder imperial e a biopolítica, a empreitada final de Negri interliga-se ao estágio hegemonicamente financeirizado. O novo prosseguimento da performance capitalista, já desvinculada do poder unitário dos Estados-nação, conecta-se ao que o autor reconhece como o “comum”, sendo este o componente nevrálgico para produção e reprodução do mundo na contemporaneidade, sedimento por meio do qual as novas configurações de exploração do Império necessariamente se baseiam.

Em linhas gerais, a produção social passa a ser reconhecida como cada vez mais socializada, expressando um agir relativamente autônomo em relação ao capital. As expressões biopolíticas são detectadas, antes de tudo, como alternativos modos de associação cooperativa. Neste sentido, os instrumentos de criação sociais, os quais passam a serem assimilados substancialmente como intelectuais, afetivos e comunicativos, são propulsionados para frente dos holofotes no que tange aos processos inventivos que confeccionam o desenrolar das sociedades contemporâneas (HARDT; NEGRI, 2016, p. 159-165).

É possível descrever o comum através de duas categorias genéricas: de um lado, sinaliza-se para os recursos naturais, compreendidos enquanto o solo, os mares, as florestas, basicamente, tudo aquilo que é abrangido como as matérias primas que compõe o mundo, e que são alvo contínuo das indústrias extrativistas, na medida em que integram tradicionalmente a chamada empreitada do “capital contra a Terra” (HARDT; NEGRI, 2018, p. 225). Acoplando-se até a indicada riqueza ecossistêmica, a outra forma do comum se sobressai enquanto uma abundância que é envolta por uma perspectiva social, se aproximando ao desenvolvimento de diferentes formas de vida (HARDT; NEGRI, 2018, p. 225).

A segunda formatação do comum é passível de ser contemplada através de um desbloqueio da concepção de produção, a qual é engendrada pelo iluminar da já comentada paisagem biopolítica. As duas interpelações relacionadas ao comum, no final das contas, são comunicadas através de um prisma reconhecido por um acoplamento de definição mútua, visto que não existe produção social desconectada da ambientação que a atravessa e vice-versa, sendo ambas abordagens utilizadas para sinalizar uma específica e insólita formatação da produção de valor (HARDT; NEGRI, 2019).

Daí, é possível descrever a atualização do estágio que demarca a relação entre o capital e as diferentes interações e formas cooperativas que sedimentam as sociedades. Se o Império busca se modificar para acompanhar as transformações biopolíticas, o designar de uma centralidade das capacidades sociais, as quais passam a demarcar um novo regime produtivo, acaba por suggestionar também a alteração da “natureza da exploração” (HARDT; NEGRI, 2018, p. 231). A descrição relacionada às novas formas do trabalho – ou da produção de valor – implica em um movimento obrigatório do capital, justamente porque este fica impossibilitado, por meio dos modos de exploração convencionais, de controlar os circuitos internos não-dimensionáveis da produção, adquirindo uma postura projetada enquanto predatória e extrativa, ou seja, financeirizada. Em suma, a finança é articulação do biopoder imperial que, para extrair o valor gerado de maneira comum, homogeneiza e violenta os contornos da produção (HARDT; NEGRI, 2018, p. 221-224).

A perspectiva de afastamento entre o capital e a produção corrobora a visão de que não é mais possível haver uma previsão integral de produção capaz de emergir por meio do âmbito social. Além disso, a extração que sustenta o Império depende inteiramente daquilo que será produzido cooperativamente entre as pessoas, isto é, depende do modo de produção comum e das subjetividades alternativas que o engendram. Está desenhado, portanto, aquilo que Negri e Hardt afirmam ser “um paradoxo delicioso” (HARDT; NEGRI, 2018, p. 43): Ao mesmo tempo que o capital está acorrentado à conexão entre a biopolítica, a produtividade comum e as subjetividades alternativas para sedimentar seu funcionamento, passa também a persistir um freio em suas interferências, já que os processos de mediação capitalistas são pautados por diferentes princípios. Tentativas abruptas de intromissão sufocariam aquilo que o mantém erguido, forçando o capital a permanecer em sua forma externa e financeirizada (HARDT; NEGRI, 2018, p. 297). Nesse sentido, já não é possível balizar ou verificar veementemente aquilo que surgirá a partir

do espectro social e, conseqüentemente, a atual distância entre a produção comum e o capital passa a representar verdadeiros riscos ao Império.

Do trabalho imaterial ao trabalho biopolítico

Antes de operarem de maneira firme o conceito de trabalho biopolítico, Negri fazia uso recorrente junto ao pós-operáismo do termo “trabalho imaterial” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 25-43), o qual era empregado para enunciar as transformações gerais produtivas, sendo, em sua essência, dividido por dois tipos: o intelectual ou linguístico, que produz textos, códigos, imagens, dentre outros, e o afetivo, que, no geral, é responsável pela manipulação de afetos e pelo estímulo de determinados tipos de sensações (HARDT; NEGRI, 2014, p. 149). As fragilidades existentes na perspectiva do imaterial e, conseqüentemente, a gradual utilização do adjetivo biopolítico, é capaz de delinear não só uma maior precisão da sua própria abordagem, como também proporcionar a melhor visualização de seus desdobramentos (relacionados à vantajada complexidade conceitual que a envolve em comparação com os entornos do imaterial). Em outras palavras, trata-se de elucidar como o trabalho biopolítico acaba por traduzir não apenas a criação de diferentes bens ou emoções, mas como conecta alternativas composições, sendo capaz de sinalizar para um vínculo produtivo – ou de trabalho – enquanto a expressão daquilo que incrementa a vida em toda sua amplitude.

Primeiramente, os autores reconhecem que existe uma ambigüidade relacionada ao trabalho imaterial – este produz bens que considerados imateriais, mas que são concebidos por meio da materialidade, mobilizando o corpo e a mente em seu processo de concepção (HARDT; NEGRI, 2014, p. 150). Nesse ponto, as primeiras problemáticas já transparecem. Apesar de uma flagrante ambigüidade, a questão exposta nas entrelinhas é mais embaraçada: a abordagem de uma perspectiva ontológica específica, a qual é expressa constantemente por Negri, sequer permitiria uma distinção entre o imaterial e o material, no que tange processos produtivos sociais. Isso porque qualquer tipo de trabalho mobiliza não somente o corpo e a mente contemplados de maneira individual, mas também acaba por impulsionar a coletividade nos processos de geração, os quais são demarcados pela perspectiva de que qualquer produto imediatamente incrementa a própria forma pela qual foi produzido.

A produtividade, nesse sentido, é sempre visualizada como produtividade enovelada na integralidade de suas facetas, sendo a mistura das formas contemporâneas do trabalho – materiais e imateriais – acabando por ser dissolvida, já que passam a serem visualizadas como iguais expressões do ser (HARDT; NEGRI, 2014, p. 150). A apresentação do trabalho imaterial como qualitativamente hegemônico, passando a impor tendencialmente suas características informatizadas, inteligentes, comunicativas e afetivas às outras formas do trabalho (HARDT; NEGRI, 2014, p. 151) já sinaliza para o posterior prognóstico de uma produção biopolítica: “Sujeito, vida e política tornam-se assim indistinguíveis. Esse conjunto de produção e comunicação, do mundo da natureza e dos artefatos, essa densidade de relações produtivas, que leva o nome de biopolítica,

está sempre em movimento”² (MONTEFUSCO; SERSANTE, 2016, p. 100). Eis, portanto, a característica do modo de produção comum.

Tal empreitada é realizada em conjunto com a apresentação e posterior renovação de alguns conceitos apresentados por Karl Marx, como por exemplo, a movimentação sugerida pela contestação da concepção de trabalho produtivo e improdutivo. Segundo Marx, só é um trabalho produtivo aquele que produz mais-valia de maneira direta, ou, nas palavras do autor “só é trabalho produtivo aquele possuidor de capacidade de trabalho que diretamente produza mais-valia” (MARX, 2004, p. 108), isto é, “aquele trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vista à valorização do capital” (MARX, 2004, p. 108). A partir dessa perspectiva, é possível afirmar que se não existe a elaboração de um produto que é considerado independente do trabalho, mesmo que se trate da designação de trabalhos assalariados, ele será considerado um trabalho improdutivo. É claro, essa descrição entra em choque com a concepção de biopolítica de produtividade apresentada por Negri, já que o trabalho biopolítico, como foi observado pelo enunciador da desintegração dos obstáculos que estariam delimitando tradicionalmente os processos laborais, é representativo do funcionamento geral da vida, fabricando sempre capital de maneira direta.

Já no sentido da descrição do capital fixo (ou trabalho morto), e o capital variável (ou trabalho vivo), seria necessária uma equivalente atualização. O capital variável é considerado por Marx como a força que constrói o mundo e modifica a natureza, ou, nas palavras do autor, é o “fogo vivo” (MARX, 2011, p. 445), que será parasitado pelo capital fixo “como simples meio para valorizar o trabalho objetivado, morto, para impregná-lo de uma alma vivificante e perder no trabalho morto sua própria alma” (MARX; 2011, p. 613).

Apesar dessa diferenciação, a exposição de Negri concernente aos novos modos de produção não permitirá o surgimento do capital fixo nas suas formulações anteriores, já que este passaria a ser reapropriado constantemente pelo capital variável. O ângulo filosófico acompanhado pelo autor designa uma disposição que torna indiferenciável os dois planos apresentados – o capital fixo é o capital variável, visto que o capital variável, enquanto os circuitos sociais produtivos e a força que os propulsiona, é caracterizado de maneira íntima pela maquinaria tecnológica que resulta da indicada operação. Nas palavras de Negri e Hardt: “devemos reconhecer – talvez, agora, para além de Marx, já que a produção se vê progressivamente socializada – como o capital fixo tende a ser implantado na própria vida, dando origem a uma humanidade maquínica” (HARDT; NEGRI, 2018, p. 155).

O cenário contemporâneo passa a exigir, nessa altura, o que é indicado pelos autores como uma demanda por uma nova teoria do valor (HARDT; NEGRI, 2016, p. 347). A partir das novas abordagens a respeito da produtividade, o trabalho não apenas se modifica, mas também se espalha ao longo do tecido social: aquilo que é necessário contemplar para a contabilização das novas formas de valor passa a ser visualizado como a atividade vital como um todo. Isso implica em uma mudança no espaço de produção, desdobrado da fábrica até a metrópole (NEGRI, 2020, p. 15-94). Dizer que “os trabalhadores produzem

² Tradução livre.

por toda a metrópole” (HARDT; NEGRI, 2016, p. 279), é o assinalamento de que não é mais possível delimitar um espaço ou tempo no qual as pessoas estariam exercendo atividades laborais, sendo essa a expansão da concepção de trabalho concretizada pela introdução da abordagem biopolítica.

Nessa seara, a perspectiva ontológica construtivista (MONTEFUSCO; SERSANTE, 2016, p. 17) disposta por Negri compreende o ser como produtividade e, dessa maneira, apenas pode sê-lo em comum. As pessoas produzem na integralidade de suas vidas, através de uma interdependência cooperativa, expressando movimentos de estruturação, criação e inovação, que afasta a representação, o conhecer e o reproduzir com relação à realidade (MONTEFUSCO; SERSANTE, 2016, p. 11). Trata-se, enfim, do enaltecimento da imanência, que privilegia a criação do mundo no mundo (e através dele) (DELEUZE, 1989, p. 28-34). Só é possível produzir, ou seja, viver, por meio da materialidade e seu potencial excedente, de maneira comum.

C-M-C: a classe multitudinária

O conceito de “multidão” é resgatado por Negri e Hardt do interior da tradição da teoria política que, segundo os autores, parece ser alavancada por um princípio fundamental: “somente o uno pode governar, seja ele o monarca, o Estado, a nação, o povo ou o partido” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 412). Diferentes regimes políticos, por exemplo, a aristocracia e a democracia, orientam-se pela necessidade de uma unidade soberana e, sem tal sedimentação estabelecida, não poderia haver propriamente o engendramento político. No final das contas, ambos regimes mencionados sustentam-se pela mesma lógica unitária, sendo caracterizados como, antes de tudo, propriamente monárquicos.

Em contraposição aos governos do uno, a multidão, vista ainda no contexto de uma abordagem tradicional, emerge como expressão do caos, ou falta de organização, sendo representativa da indicada ausência do encadeamento de um regime político. Neste sentido, pode-se afirmar que acaba por demarcar um cenário de abstração da política em si – no momento em que a multidão e sua multiplicidade é colocada em pauta, passa a existir um desequilíbrio da forma de governo previamente estabelecida, trazendo, sobretudo, consequências negativas para a progressão social proposta pela hegemonia da filosofia política moderna. Isso porque supostamente existe uma perda da capacidade de expressão das pessoas e, conseqüentemente, um obstáculo para que sejam postuladas decisões, regras e inovações, as quais alinhariam as sociedades em nome de uma progressão considerada benéfica (HARDT; NEGRI, 2014, p. 412-415).

Para além desta falsa abordagem, na qual existiria apenas o uno do governo e o caos da multidão, a reelaboração do conceito de multidão é engajada por Negri e Hardt, principalmente, por meio de algumas comparações realizadas desde determinadas entidades políticas. Primeiramente, a multidão passa a se contrapor à concepção de povo, àquela compactação da diversidade da população e à medida que configura uma identidade. O povo, em sua unidade, é indiferente quanto às partes que o compõe, o que possibilita que sua fisionomia perpetue a sustentação de um governo assimilado como

soberano. Já a multidão é detectada sempre como múltipla, não apagando as diferenças existentes entre aqueles que participam de seu processo conceutivo e, por não ser uniformizada, jamais será capaz de sustentar uma postura soberana (HARDT; NEGRI, 2014, p. 139).

Depois, à título de melhor caracterização da multidão, é possível realizar uma comparação com relação as massas: a concepção de massa é engendrada pela diferença, mas as alternativas que a compõe são facilmente anuviadas no olhar pelo todo e, para além disso, mostram grande passividade proporcionada pela falta de conectividade entre aqueles que a concebem, precisando constantemente serem conduzidas por um elemento exterior (HARDT; NEGRI, 2014, p. 140). A multidão, por seu turno, apesar de ser uma expressão sempre plural, não é considerada fragmentária, pois existe uma coerência que anima seu movimento: o comum e as singularidades que o compõe. Em últimas instâncias, é possível dizer que a multidão é um processo do múltiplo, o qual baseia suas atividades na comunicação e cooperação comum das singularidades (SOUTHALL, 2010, p. 298).

A última aproximação para que seja atualizado o conceito de multidão é realizada no limiar de uma perspectiva de classe. Assim, a proposta de Negri e Hardt é perpetrada através de dois deslocamentos: primeiramente a transfiguração da classe até a multidão e, posteriormente, uma nova modificação que aproxima a multidão novamente ao horizonte da classe, o que torna possível, no final das contas, postular uma classe multitudinária (HARDT; NEGRI, 2019). O caminho inicial é perpetrado com intuito de um afastamento da noção de classe que, em seus termos tradicionais, acaba por se relacionar com os trabalhadores obstruídos pelos muros das fábricas, caracterizando um regime propriamente fordista.

Pelo olhar da pluralidade proposta pelos autores, essa homogeneização acaba por apagar a complexidade produtiva contemporânea, que deverá passar a ser lida não apenas pela multiplicidade daqueles que a compõe (isto é, a ideia de que todos são trabalhadores e produzem igualmente), mas também pela extensão que visualiza a produção para além da fábrica, alcançando a complexidade da metrópole. Nesse sentido, não é viável destacar enquanto classe apenas os assalariados em geral, ou aqueles normalmente designados como relacionados ao espectro da indústria. Do mesmo modo, não é factível determinar uma classe produtiva primordial, conforme eram alavancados anteriormente os operários convencionais (HARDT; NEGRI, 2019).

Até esse momento, o movimento até a multidão preocupa-se em contemplar, sobretudo, as transformações do trabalho e da produção de valor, as quais suscitam que o conceito de classe seja questionado. A partir dessa seara, o último deslocamento proposto pelos autores designa novamente uma aproximação da multidão até a classe. Em outras palavras, aquilo que a leitura da multidão enquanto expressiva de um inédito ecossistema de produção suscita é um novo impulso, o qual recai novamente na perspectiva da classe, agora conjuntamente com o adicionar de uma via interseccional³. Nesse sentido, acrescentam Negri e Hardt que “as diferentes populações trabalhadoras, que sempre

3 Negri e Hardt expõem a interseccionalidade enquanto “uma teoria política de multiplicidade, que visa contrastar as estruturas mono-axiais tradicionais da análise política, reconhecendo

existiram, agora rejeitam cada vez mais uma representação unitária” (HARDT; NEGRI, 2019), acrescentando que “hoje não haverá um projeto de política de classe que não seja também feminista, antirracista e queer” (HARDT; NEGRI, 2019).

A inovação perpetrada pela multidão, em seu âmago, impede que a leitura do próprio desenvolvimento multitudinário seja restringida às esferas estritamente econômicas, uma vez que sua composição é necessariamente alinhada até uma perspectiva de classe – a extensão da produtividade biopolítica obriga o visualizar de diferentes formas de dominação e resistência como engendrados nos processos sociais para que seja expressa uma análise do trabalho contemporâneo.

Dizendo enquanto última linha, o olhar que recai sob a descrita atividade operada com relação à multidão permite a emersão do conceito de classe multitudinária, termo que é utilizado para contemplar as transformações gerais do trabalho, mas também aquilo que elas acabam por sublinhar. Deste modo, o trabalho enquanto vida implica que a percepção da composição política de classe seja tencionada, não sendo apenas representativa de uma inédita (porém ainda simplificada) oposição do trabalhador ao capital, mas pelo contemplar de que essa relação é engendrada por diferentes alternativas que, por sua vez, passam por questões de raça, gênero, nacionalidade, dentre outras, tornando-se indispensável uma abordagem interseccional.

Considerações finais: a organização política e a batalha pela subjetivação

Através da descrição do Império, e, principalmente, pelo sinalizar do emaranhamento postulado entre a multidão e o comum, a noção de democracia absoluta, amplamente considerada por Negri, é colocada no centro dos debates. Para o filósofo, acompanhando as descrições realizadas por Spinoza, a real conceituação da democracia está para além da modernidade que a demarca tão firmemente. Isto é, acaba por escapar da perspectiva de uma soberania nacional, de seus moldes representativos e suas limitações geográficas, não se resumindo de nenhuma maneira pela unidade ficcional que estabelece a existência de um povo, o qual é balizado por características específicas (NEGRI, 2020, p. 89-103).

Tal disposição é enunciada por Negri justamente pelo adicionar do absoluto como adjetivador da democracia. A democracia absoluta não é aqui visualizada como o ápice de um governo democrático, visto que se trata de um processo que não estabelece uma forma de governança específica, ou a aprimora, mas, antes disso, que opera “como esquema de legitimação de todas as formas possíveis de organização política do social” (NEGRI, 2016, p. 226).

A problemática e a riqueza de tal exposição são evidenciadas pelo alinhamento da democracia absoluta ao avanço da descrição de Negri concernente à multidão. O conceito disposto, no sentido desenvolvido ao longo desse trabalho, passa a ser entendido como representativo da dinâmica biopolítica dos indivíduos, sendo a multidão e sua

a natureza interdependente da raça, classe, sexo, gênero e hierarquias sócias” (Tradução livre) (HARDT; NEGRI, 2019).

multiplicidade aquilo que fornecerá as bases para a sustentação das diferentes formas de governo e que irá dispor os instrumentos que produzem suas contínuas transformações. A multidão, define o autor reiteradamente, é “uma metamorfose que não cessa, que não termina; ela afirma, sempre e a cada vez mais para o corpo coletivo, “absolutum”, potência” (NEGRI, 2016, p. 226). O movimento biopolítico, portanto, manifesta as atividades sociais como aquelas que designam para diferentes direções, anunciando a multidão enquanto multiplicidade. Deste modo, ao afirmar vigorosamente sua multiplicidade, assegura também a possibilidade da transfiguração do descrito deslocamento em um processo unitário, o qual transparece enquanto prerrogativa para que seja considerado uma expressão plural:

O conceito de multidão dá um fechamento lógico à política espinosana, na medida em que não fecha nem sua dinâmica nem sua ideia. Isso significa que a multidão mostra conclusivamente o absoluto da política espinosana como abertura, como incapacidade de colocar freios e mistificações no processo do real. A política espinosana participa de uma verdadeira e própria revolução copernicana: a multidão é um infinito, e a sua potência é um contínuo movimento – um movimento infinito que constitui totalidade, mas que não se identifica nela a não ser como atualidade de uma passagem; não se fecha, mas se abre, produz e reproduz (NEGRI, 2016, p. 226).

Negri entende essa disposição enquanto um “paradoxo central” (NEGRI, 2016, p. 66), aduzindo que “a relação entre absoluto e multidão, entre as duas versões da potência, não se fecha: uma impele em direção à unidade do político, a outra se funde em direção à multiplicidade dos sujeitos” (NEGRI, 2016, p. 66). Se trata, dessa maneira, de um paradoxo que demarca uma relação irresolúvel. Tal irresolubilidade passa a ser representativa, antes de qualquer coisa, da abertura contínua de possibilidades dentro da situação entre multidão e Império: se a ontologia disposta por Negri demarca, por um lado, a perseguição e cooptação das forças produtivas, por outro, jamais deixará de apresentar as energias subversivas como uma realidade dinâmica sublinhada pela irreduzibilidade (MONTEFUSCO; SERSANTE, 2016, p. 12) – um perpétuo potencial de transformação que nunca se esgota.

Nesse sentido, longe de análises apocalípticas que situam um futuro castrado pelo desenvolvimento capitalista, a postulação de uma produtividade que pode ir para qualquer extremo indica, de fato, o risco de pender até a unidade enclausurada (uma estabilização do poder constituinte no poder estabelecido) (MONTEFUSCO; SERSANTE, 2016, p. 126), mas também é alegórica da possibilidade constante e indomável de rompimento dos alicerces assentados, sendo essa a grande riqueza que demarca execução multitudinária. Na medida em que se trata de um fazer que produz o indeterminado e não se fecha em uma síntese, a produção social cooperativa poderá também sempre ser direcionada ou redirecionada até a multiplicidade. A forma organizativa⁴ da multidão, isto é, o comum e

4 Vale ressaltar a diferenciação que Hardt realiza entre ordem e organização, a qual poderá ser aplicada para desenhar as atividades multitudinárias: “[...] pela ordem do ser, da verdade, ou

seu funcionamento, acaba por sinalizar que o cenário atual do desenvolvimento capitalista é necessariamente assinalado por uma tendência de socialização e cooperação, sendo um ambiente demarcado por embates, que poderão – e deverão – ser disputados em nome de inéditas formas societárias que reverberem, cada vez mais, os modos do comum.

Referências bibliográficas

- DELEUZE, Gilles. *Lógica del sentido*. Traducción y Prólogo de Miguel Morey. Barcelona: Paidós, 1989.
- FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder”. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 1ª ed. Tradução: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução Berilo Vargas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*. Tradução: Lucas Carpinelli e Jefferson Viel. 1ª ed. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2018.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Tradução: Clóvis Marques. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire, Twenty Years On: Rethinking Empire in the Age of Trump*. New Left Review. v. 120, Londres, novembro/dezembro de 2019.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Labor of Dionysus: a critique of the state-form*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Tradução: Clóvis Marques. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- HARDT, Michael. *Gilles Deleuze: um aprendizado em filosofia*. Tradução de Sueli Cavendish. 1ª ed. Paulo: Editora 34, 1996.
- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Introdução de Giuseppe Cocco; tradução de Mônica Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MARX, Karl. *Capítulo VI. Inédito de O Capital*. 1ª ed. São Paulo: Editora Centauro, 2004.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mario de Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

da sociedade, entendo a estrutura imposta como necessária e eterna desde cima, de fora da cena material das forças; utilizo organização, por outro lado, para designar a coordenação e acumulação de encontros acidentais (no sentido filosófico, não necessário) e desenvolvimento desde baixo, do interior do campo imanente de forças. Em outras palavras, não concebo a organização como um projeto de desenvolvimento ou como a visão projetada de uma avant-garde, mas sim como uma criação imanente ou a composição de uma relação de consistência e coordenação”. (HARDT, 1996, p. 17).

- MONTEFUSCO, Willer; SERSANTE, Mimmo. *Dall'operaio sociale alla moltitudine: la prospettiva ontológica di Antonio Negri (1980-2015)*. Roma: Derive Approdi, 2016.
- NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- NEGRI, Antonio. *De la fábrica a la metrópolis. Ensayos 2*. Traducción de Fernando Venturi. Buenos Aires: Editorial Cactus, 2020.
- NEGRI, Antonio. *Espinosa subversivo e outros escritos*. Tradução: Herivelto Pereira de Souza. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- NEGRI, Antonio. *Marx beyond Marx: Lessons on the Grundrisse*. Translated by H. Cleaver, M. Ryan and M. Viano. Edited by Jim Fleming. New York: Automeia/Pluto, 1991.
- NEGRI, Antonio. *Spinoza ayer y hoy : ensayos 3*. Traducción de Emilio Sadier. Prólogo de Diego Sztulwark. Buenos Aires: Cactus, 2021.
- SHOOTHALL, Nicholas. *A multitude of possibilities: the strategic vision of Antonio Negri and Michael Hardt*. Doctorate of Philosophy thesis, University of Wollongong. School of History and Politics and Sociology Program, University of Wollongong, 2010.